



RESULTADO DA AGENDA LEGISLATIVA 12 A 16 DE DEZEMBRO DE 2022

CONGRESSO NACIONAL

PLENÁRIO - Pauta divulgada após o envio da Agenda

VET 46/2021 - Veto Parcial aposto ao Projeto de Lei nº 2.108, de 2021 (nº 2.462/1991, na Câmara dos Deputados), que "Acrescenta o Título XII na Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), relativo aos crimes contra o Estado Democrático de Direito; e revoga a Lei nº 7.170, de 14 de dezembro de 1983 (Lei de Segurança Nacional), e dispositivo do Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941 (Lei das Contravenções Penais)".

Autor: Presidência da República

Explicação: foram vetados 5 trechos, entre eles o Art. 359-O, que proíbe a divulgação de notícias falsas (comunicação enganosa em massa).

Resultado: Não deliberado.

VET 44/2022 - Veto Parcial aposto ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 17, de 2022, que "Altera a Lei nº 14.194, de 20 de agosto de 2021, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2022". Item nº 17

Autor: Presidência da República

Explicação: o PLN vetado altera a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2022 de forma a possibilitar que os recursos destinados ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) não sejam executados integralmente.

Resultado: Vetos mantidos.

VET 45/2022 - Veto Parcial aposto ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 5, de 2022, que "Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2023 e dá outras providências".

Autor: Presidência da República

Resultado: Parcialmente rejeitado.

PLN 11/2022 - Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovações; da Educação; da Justiça e Segurança Pública; de Minas e Energia; da Infraestrutura; das Comunicações; e do Desenvolvimento Regional, crédito especial no valor de R\$ 35.398.824,00, para os fins que especifica. Explicação: Propõe novas dotações no Ministério do Desenvolvimento Regional, para o Departamento Nacional de Obras contra as Secas (DNOCS) executar obras da 2ª Etapa da Adutora do Pajeú, nos Estados de Pernambuco e Paraíba (35,3% dos recursos). No Ministério das Comunicações, para o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST) equipar todas as escolas públicas brasileiras com acesso à internet em banda larga (30,8% dos recursos). No Ministério da Infraestrutura, para o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (DNIT) cumprir decisões judiciais e dar continuidade às obras de adequação de trecho rodoviário da BR-116/CE (30,7% dos recursos). O valor remanescente atenderá despesas no Ministério da Ciência Tecnologia e Inovações, da Educação, da Justiça e Segurança Pública, e de Minas e Energia (3,24% dos recursos restantes).

Autor: Presidência da República

Explicação: entre outros, destina crédito especial para o FUST e para a Parceria Global sobre Inteligência Artificial.

Resultado: Aprovado. Vai à sanção.

PLN 12/2022 - Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo e de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor de R\$ 596.217.239,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

Explicação: Propõe reforçar dotações de recursos sob supervisão do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste/FDNE e Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste/FDCO (Ministério do Desenvolvimento Regional) via Operações Oficiais

de Crédito (69,8% dos recursos). Propõe também, no âmbito do Ministério da Infraestrutura, crédito para Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT, a fim de viabilizar serviços de controle de velocidade e pesagem em rodovias federais; e para o Fundo Nacional de Segurança e Educação do Trânsito – FUNSET, para acordo com a Polícia Rodoviária Federal com vistas a promover cursos de capacitação para integrantes do Sistema Nacional de Trânsito (15,4% dos recursos). Propõe, no âmbito do Ministério da Educação, reforço para o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e para o Complexo Hospitalar e de Saúde da Universidade Federal do Rio de Janeiro (5,08% dos recursos). Por fim, crédito remanescente (9,7% dos recursos) para atender demandas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; da Justiça e Segurança Pública; da Saúde; das Comunicações; da Defesa; do Desenvolvimento Regional; e da Cidadania.

Autor: Presidência da República

Explicação: Entre outros, disponibiliza recursos para (i) infraestrutura avançada em tecnologia da informação e comunicação; e (ii) obras de infraestrutura.

Resultado: [Aprovado. Vai à sanção.](#)

PLN 28/2022 - Abre ao Orçamento de Investimento da União, em favor do Banco da Amazônia S.A., crédito suplementar no valor total de R\$ 25.504.828,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. Item nº 43

Autor: Presidência da República

Explicação: Reforça dotações para manutenção e adequação de ativos de informática, informação e teleprocessamento; e reforça dotações para manutenção da estrutura de atendimento.

Resultado: [Aprovado. Vai à sanção.](#)

PRN 3/2022 - Altera as disposições da Resolução nº 01/2006-CN, para ampliar a transparência da sistemática de apresentação das emendas de relator-geral, estabelecendo critérios de proporcionalidade e impessoalidade na aprovação e execução dessas emendas.

Explicação: define critérios de distribuição das emendas de relator-geral do Orçamento, as emendas RP9.

Relator: Senador Marcelo Castro

[Parecer](#): pela aprovação, nos termos do Substitutivo.

Resultado: [Aprovado o parecer. A matéria vai à promulgação.](#)

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PLENÁRIO

REQ 1609/2022 - Requer urgência para apreciação do PL 4783/2020, que institui o Código de Defesa do Empreendedor em todo o território nacional. *Item incluído após o envio da Agenda*

Autor: deputado Adolfo Viana PSDB/BA

Resultado: [Não deliberado.](#)

PL 1998/2020 - Autoriza e define a prática da telemedicina em todo o território nacional. NOVA EMENTA: Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para autorizar e disciplinar a prática da telessaúde em todo o território nacional; e revoga a Lei nº 13.989, de 15 de abril de 2020.

Autor: deputada Adriana Ventura NOVO/SP

Relator: deputado Pedro Vilela - PSDB/AL

[Parecer](#): pela rejeição do Substitutivo do Senado Federal, com exceção do art. 6º.

Resultado: [Aprovado o parecer pela rejeição do Substitutivo do Senado Federal, com exceção do art. 6º. A matéria vai à sanção na forma do texto aprovado pela Câmara em 27 de abril de 2022.](#)

PLP 178/2021 - Institui o Estatuto Nacional de Simplificação de Obrigações Tributárias Acessórias e dá outras providências.

Explicação: o Estatuto objetiva a padronização de legislações e dos respectivos sistemas voltados para o cumprimento de obrigações acessórias de forma que possibilite a redução de custos para as administrações tributárias de todas as unidades federadas e para os contribuintes.

Autor: deputado Efraim Filho DEM/PB

Relator: deputada Paula Belmonte - CIDADANIA/DF

[Parecer](#): pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do PLP nº 178, de 2021, e do Substitutivo aprovado na CFT.

Resultado: [Aprovado o parecer. A matéria segue para o Senado Federal.](#)

PEC 24/2019 - Acrescenta inciso V ao § 6º do art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para excluir despesas de instituições federais de ensino, nos termos especificados, da base de cálculo e dos limites individualizados para as despesas primárias.

Explicação: PEC da transição, que, dentre outros pontos, permite despesas de até R\$ 145 bilhões fora do Teto de Gastos.

Autor: deputada Luisa Canziani PTB/PR

Resultado: Não deliberado.

PL 1883/2021 - Dispõe sobre mecanismos de facilitação do crédito a microempresas e empresas de pequeno porte controladas e dirigidas por mulheres e a microempreendedoras individuais e altera a Lei nº 13.483, de 21 de setembro de 2017, e a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020. Item incluído após o envio da Agenda

Explicação: obriga as instituições financeiras oficiais federais a conceder crédito com prioridade e condições favorecidas, inclusive taxas de juros reduzidas, para o financiamento de microempresas e empresas de pequeno porte controladas e dirigidas por mulheres e de microempreendedoras individuais.

Autor: deputada Celina Leão PP/DF

Relator: pendente.

Parecer: pendente.

Resultado: Não deliberado.

PL 9793/2018 - Altera a Lei 12669/2012 para promover garantias mínimas ao produtor de leite nacional. Item incluído após o envio da Agenda

Explicação: Projeto principal do projeto de interesse, PL 207/2022 (Leite 4.0).

Autor: deputado Reginaldo Lopes PT/MG

Relator: deputado Zé Silva - SOLIDARIEDADE/MG

Parecer: apresentação do Parecer Preliminar de Plenário n. 2 PLEN

Resultado: Não deliberado.

Quarta-feira (14/12)

CCJC - COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PL 5379/2019 - Dispõe sobre os direitos básicos das microempresas e empresas de pequeno porte e dá outras providências.

Autor: deputado Alexis Fonteyne NOVO/SP

Relator: deputado Lucas Redecker - PSDB/RS

Parecer: pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação, com emendas.

Resultado: Não deliberado.

PL 7316/2002 - Disciplina o uso de assinaturas eletrônicas e a prestação de serviços de certificação. =

Explicação: Define assinatura eletrônica avançada, chave de criação e de verificação de assinatura, certificado digital qualificado e outros. Estabelece requisitos para que a Autoridade Certificadora Raiz - AC Raiz da Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira realize o credenciamento de prestador de serviço de certificação.

Autor: Poder Executivo

Relator: deputado João Campos/GO

Parecer: pela aprovação, na forma do substitutivo.

VTS 1, do deputado Marcelo Ortiz - PV/SP

Resultado: Não deliberado.

CE - COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

PL 1171/2019 - Dá nova redação ao artigo 80 da Lei nº 9.394, de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

Explicação: Proíbe o incentivo e o desenvolvimento de programas de ensino à distância em cursos da área da saúde, em todos os níveis e modalidades.

Autor: deputado Dr. Jaziel PR/CE

Relator: deputada Professora Marcivania - PCdoB/AP

Parecer: pela aprovação deste, do PL 1549/2019 e do PL 1946/2021, apensados, na forma do Substitutivo adotado pela CSSF.

Resultado: Não deliberado.

PL 4413/2020 - Prorroga todos os prazos dos pós-graduandos, pelo prazo de um ano em todos os programas de pós-graduação em curso, e dá outras providências.

Explicação: o autor afirma que os programas de pós-graduação foram temporalmente afetados pela pandemia, e que segundo estimativa da Associação Nacional dos Pós-Graduandos – ANPG, o período de 1 ano será o suficiente para não comprometer o cumprimento dos referidos programas.

Autor: deputado Orlando Silva PCdoB/SP

Relator: deputado Luizão Goulart/PR
[Parecer](#): pela aprovação, com emenda.
[Resultado](#): Não deliberado.

PL 1250/2022 - Altera a Lei nº 5.537, de 21 de novembro de 1968, e dá outras providências.
Explicação: Trata de alterações no Conselho Deliberativo do FNDE
Autor: deputado Professor Israel Batista PSB/DF
Relator: deputado Tiago Mitraud - NOVO/MG
[Parecer](#): pela aprovação, com substitutivo.
[Resultado](#): Não deliberado.

CFT - COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

PLP 329/2016 - Altera o caput do artigo 55 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que instituiu o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.
Explicação: Inclui o aspecto tributário na fiscalização orientadora de Microempresas e empresas de pequeno porte.
Autor: deputado Laercio Oliveira SD/SE
Relator: deputado Alexis Fonteyne - NOVO/SP
[Parecer](#): pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação, com substitutivo.
[Resultado](#): Retirado de pauta, a requerimento dos deputados Mauro Benevides e Padre João.

PLP 33/2020 - Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para estabelecer e disciplinar a renegociação especial extrajudicial, a renegociação especial judicial e a liquidação simplificada, e dispor sobre a falência das microempresas e das empresas de pequeno porte.
Autor: Senado Federal - Angelo Coronel PSD/BA
Relator: deputado Marco Bertaiolli - PSD/SP
[Resultado](#): Retirado de pauta, de ofício.

PDC 960/2018 - Susta a Portaria nº 457, de 08 de dezembro de 2016, do Ministério da Fazenda, que dispõe sobre a disponibilização de acesso, para terceiros, pelo Serviço Federal de Processamento de Dados, a dados e informações que hospeda, para fins de complementação de políticas públicas. *Item incluído após o envio da Agenda.*
Explicação: o projeto susta o decreto que autoriza o Serpro a disponibilizar para terceiros o acesso a dados e informações que hospeda, em razão de denúncia de possível comercialização desses dados.
Autor: deputada Bruna Furlan PSDB/SP
Relator: deputado Luis Miranda/DF
[Parecer](#): pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto de Decreto Legislativo nº 960/2018, e dos PDLs nºs 90/2022 e 95/2022, apensados; e, no mérito, pela aprovação do PDL nº 960/2018, e dos PDLs nºs 90/2022 e 95/2022, apensados, com substitutivo.
[Resultado](#): Aprovado o Parecer. A matéria segue para a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

PDL 3/2022 - Susta os efeitos da solução de consulta nº 214 de 2021 da Receita Federal. *Item incluído após o envio da Agenda.*
Explicação: A Solução de Consulta esclarece que há incidência de IRPF na permuta de criptomoedas, exceto que o valor mensal das operações for menor do que R\$ 35 mil.
Autor: deputado Kim Kataguirí DEM/SP
Relator: deputado Luis Miranda/DF
[Parecer](#): pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação.
[Resultado](#): Retirada de Pauta, a requerimento do Dep. Mauro Benevides Filho.

PL 2866/2020 - Institui medidas de caráter emergencial para a concessão de linhas de crédito pelo governo federal. *Item incluído após o envio da Agenda.*
Explicação: Institui medidas de caráter emergencial destinadas a auxiliar às pessoas naturais ou jurídica que exerçam qualquer atividade econômica a ultrapassar a crise econômico-financeira advinda da pandemia causada pelo Covid-19, como a facilitação de acesso ao crédito; incentivo a maior participação do sistema financeiro; e ampliação do acesso as informações.
Autor: deputado Arnaldo Jardim CIDADANIA/SP
Relator: deputado Luis Miranda/DF
[Parecer](#): pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação, com substitutivo.
[Resultado](#): Retirado de pauta, por solicitação do Relator.

PL 3489/2021 - Institui a regra antidiferimento para pessoas físicas.

Explicação: os lucros decorrentes de participações em controladas, residentes ou domiciliadas no exterior, serão considerados disponibilizados para a pessoa física controladora residente na República Federativa do Brasil na data do balanço no qual tiverem sido apurados e ficarão sujeitos à tributação do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza quando for verificado que a controlada está localizada em país ou dependência com tributação favorecida ou quando esta for beneficiária de regime fiscal privilegiado.

Autor: deputado Otto Alencar Filho PSD/BA

Relator: deputado Afonso Florence - PT/BA

[Parecer](#): pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária; e, no mérito pela aprovação.

[Resultado](#): [Aprovado o Parecer. A matéria segue para a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania \(CCJC\).](#)

PL 2020/2019 - Altera o parágrafo único do art. 3º-B do Decreto Lei nº 719, de 31 de julho de 1969, que dispõe sobre o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

Explicação: eleva para 50% o percentual mínimo de recursos destinados às instituições sediadas nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, incluindo as respectivas áreas de abrangência das Agências de Desenvolvimento Regional.

Autor: deputado Léo Moraes PODE/RO

Relator: deputado Júlio Cesar - PSD/PI

[Parecer](#): pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária.

[Resultado](#): [Retirado de pauta, por acordo, por solicitação do Relator.](#)

CREDN - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL / Anexo II, Plenário 03, 09h00 –
Pauta divulgada após o envio da Agenda

PDL 928/2021 - Aprova o texto do Texto Do Protocolo de Contratações Públicas do Mercosul, aprovado pela Decisão CMC nº 37/17, assinado em Brasília, em 21 de dezembro de 2017.

Autor: Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul.

Relator: deputado Alexandre Leite - UNIÃO/SP

[Parecer](#): pela aprovação.

[Resultado](#): [Aprovado o parecer. A matéria aguarda deliberação da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços \(CDEICS\).](#)

CSSF - COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

PL 975/2021 - Altera a Lei nº 6.321, de 14 de abril de 1976 (PAT), para permitir a possibilidade de o trabalhador efetuar a portabilidade do seu crédito para outra prestadora de serviço de alimentação coletiva. *Item incluído após o envio da Agenda.*

Autor: deputado Paulo Ganime NOVO/RJ

Relator: deputado Adriana Ventura - NOVO/SP

[Parecer](#): pela aprovação deste, e pela rejeição das Emendas 1, 2, 3, 4, 5 e 6 da CSSF.

[Resultado](#): [Reunião cancelada.](#)

CDEICS - COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS

PLP 12/2022 - Altera os arts. 3º e 16 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para permitir a adesão ao Simples Nacional no decurso do ano-calendário de 2022, e dá outras providências.

Explicação: possibilitar, no ano de 2022, a adesão ao Simples também às empresas cuja receitas brutas médias mensais se enquadrem proporcionalmente aos limites estabelecidos pela Lei Complementar nº 123/2006.

Autor: deputado Léo Moraes PODE/RO

Relator: deputado Helder Salomão - PT/ES

[Parecer](#): pela aprovação.

[Resultado](#): [Aprovado o requerimento de adiamento de discussão do deputado Alexis Fonteyne, por 3 sessões.](#)

PDL 426/2020 - Susta o Decreto nº 9.589, de 29 de novembro de 2018, que “Dispõe sobre os procedimentos e os critérios aplicáveis ao processo de liquidação de empresas estatais federais controladas diretamente pela União”.

Autor: deputado André Figueiredo PDT/CE

Relator: deputado Jesus Sérgio - PDT/AC

[Parecer](#): pela aprovação deste, e do PDL 491/2020, apensado, com Substitutivo.

[Resultado](#): [Não deliberado.](#)

PL 3599/2020 - Regulamenta o serviço de entrega de mercadorias com o uso de bicicleta por intermédio de empresa de plataforma digital.

Autor: deputado Eduardo Bismarck PDT/CE

Relator: deputado Josivaldo Jp - PSD/MA

Parecer: pela aprovação deste, do PL 4033/2020, do PL 358/2021, e do PL 4112/2020, apensados, na forma do Substitutivo adotado pela Comissão de Viação e Transportes, com Subemenda.

Resultado: [Aprovado o requerimento de adiamento de discussão do deputado Helder Salomão, por 5 sessões.](#)

PL 1061/2022 - Altera a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, e a Lei nº 14.161, de 2 de junho de 2021, para aprimorar as normas relativas ao Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe).

Explicação: entre outros, mantém a garantia para empréstimos do Pronampe, também revoga a limitação de 31 de dezembro de 2021 para a concessão de crédito garantida pelos recursos do FGO e impede que recursos não utilizados no FGO sejam destinados para pagamento da dívida pública pelo período de 4 anos.

Autor: deputado Lucio Mosquini MDB/RO

Relator: deputado Otto Alencar Filho - PSD/BA

Parecer: pela aprovação deste, com Substitutivo, e pela rejeição do PL 2026/2022, apensado.

Resultado: [Retirado de pauta, a requerimento do deputado Helder Salomão.](#)

PL 1113/2021 - Altera a Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019, que "institui a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica e dá outras providências", a fim de inserir classificação das entidades sem fins lucrativos como atividades econômicas de baixo risco.

Explicação: Inclui as entidades sem fins lucrativos devem ser inseridas na classificação de atividades econômicas de baixo risco de todos os entes federativos Municipais, Estaduais e Distritais.

Autor: deputado Francisco Jr. PSD/GO

Relator: deputado Geninho Zuliani - UNIÃO/SP

Parecer: pela aprovação.

Resultado: [Retirado de pauta de ofício, em virtude da ausência do Relator.](#)

PL 380/2021 - Altera as Lei números 5.764, de 16 de dezembro de 1971, 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para dispor sobre realização de reuniões e assembleias gerais por pessoas jurídicas de direito privado e convocação de assembleias gerais por sociedades cooperativas.

Autor: deputado Paulo Teixeira PT/SP

Relator: deputado Sidney Leite - PSD/AM

Parecer: pela aprovação deste, com Emendas, e pela rejeição da Emenda 1 apresentada na CDEICS, e pela rejeição dos apensados PL 1694/2021 e PL 3476/2021.

Resultado: [Aprovado o requerimento de adiamento de discussão do deputado Helder Salomão, por 5 sessões.](#)

PL 5069/2019 - Altera o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, com as modificações introduzidas pela Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017, para inclusão da Seção IV-B, no Título III, Capítulo I, para dispor sobre a relação de emprego entre empresas e empregados que exercem atividades através da plataforma de aplicativos de transporte terrestre e dá outras providências.

Autor: deputado Gervásio Maia PSB/PB

Relator: deputado Augusto Coutinho - REPUBLICANOS/PE

Parecer: pela aprovação deste, das Emendas ao Substitutivo 1/2022, 2/2022, 3/2022, 4/2022 e 5/2022 da CDEICS, do PL 5622/2019, do PL 6015/2019, do PL 6423/2019, do PL 3337/2021, do PL 3935/2021, do PL 3515/2020, do PL 3538/2020, do PL 3554/2020, do PL 3572/2020, do PL 3577/2020, do PL 3748/2020, do PL 3954/2020, do PL 4111/2020, do PL 805/2022, do PL 3797/2020, do PL 1976/2021, do PL 2355/2021, do PL 3185/2021, do PL 4172/2020, do PL 2061/2021, do PL 3233/2021, do PL 4246/2021, e do PL 1301/2022, apensados, com Substitutivo.

Resultado: [Retirado de pauta, a requerimento dos Deputados Vitor Lippi \(PSDB/SP\), Alexis Fonteyne \(NOVO/SP\) e Helder Salomão \(PT/ES\).](#)

PL 1090/2022 - Acrescenta parágrafo único ao artigo 1.146 da Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002, para tratar da responsabilidade por sucessão do adquirente de estabelecimento empresarial.

Explicação: estabelece que a mera instalação de um novo estabelecimento, em lugar antes ocupado por outro, mesmo na mesma atividade, não implica em responsabilidade por sucessão.

Autor: deputado Rubens Pereira Júnior PT/MA

Relator: deputado Sidney Leite - PSD/AM

Parecer: pela aprovação, com Substitutivo.

Resultado: [Aprovado o parecer. A matéria segue para a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania \(CCJC\).](#)

CCTCI - COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

REQ 37/2022 CCTCI - Requer a realização de Audiência Pública Conjunta na Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática e na Comissão de Minas e Energia, a fim de discutir os valores cobrados pelas concessionárias de energia pelo uso da infraestrutura de postes.

Convidados:

- Representante da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel);
- Representante da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel);
- Representante da ENEL Brasil;
- Representante da Neoenergia -DF;
- Representante da Associação Brasileira de Provedores de Internet e Telecomunicações (Abrint).

Autor: deputado Domingos Neto PSD/CE

Resultado: Retirado de pauta, de ofício, em razão da ausência do autor.

PDL 380/2021 - Aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Tunisiana de Cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação, assinado em Brasília, em 27 de abril de 2017.

Autor: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional

Relator: deputada Luisa Canziani - PSD/PR

[Parecer:](#) pela aprovação.

Resultado: Retirado de pauta, de ofício, em razão da ausência do relator.

PLP 213/2021 - Altera a Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, que dispõe sobre o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, para esclarecer sobre a sua não incidência nas atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação executadas mediante convênio com Instituições científica, Tecnológica e de Inovação (ICTs), bem como com instituições de pesquisa ou instituições de ensino superior mantidas pelo poder público.

Autor: deputado Capitão Alberto Neto REPUBLIC/AM

Relator: deputado Luis Miranda - REPUBLICANOS/DF

[Parecer:](#) pela aprovação, com emenda.

Resultado: Retirado de pauta, de ofício, em razão da ausência do relator.

PL 2690/2019 - Cria o Sistema Brasileiro de Inventário Científico - SBIC, e dá outras providências. *Item incluído após o envio da Agenda.*

Explicação: Visa reunir e disponibilizar pública e gratuitamente dados relativos à produção científica nacional. O SBIC é constituído por dados fornecidos pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq e pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, relativamente às suas respectivas modalidades de fomento à pesquisa no Brasil e no exterior.

Autor: deputado Mário Heringer PDT/MG

Relator: deputado Roberto Alves - REPUBLICANOS/SP

[Parecer:](#) pela aprovação, com substitutivo.

Resultado: Aprovado o parecer. A matéria segue para a Comissão de Finanças e Tributação (CFT).

PL 5261/2020 - Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para dispor sobre os jogos eletrônicos destinados a crianças e adolescentes. Item nº 62 – *Item incluído após o envio da Agenda.*

Explicação: estabelece que jogos eletrônicos que coletam dados pessoais de seus usuários ficam proibidos de disponibilizar publicamente, por qualquer meio, informações que possibilitem a identificação de determinado usuário, tais como data de nascimento, nome completo e cidade de residência, quando esses dados se referirem a criança ou adolescente. Além de determinar que os usuários menores de 14 anos não poderão trocar mensagens com usuários de qualquer idade.

Autor: deputado Carlos Chiodini MDB/SC

Relator: deputado Roberto Alves - REPUBLICANOS/SP

[Parecer:](#) pela aprovação, com emenda.

Resultado: Retirado de pauta, a requerimento do deputado Paulo Ganime.

PL 1891/2020 - Prorroga o prazo para renovação de Certificados Digitais durante pandemia ou estado de calamidade pública reconhecido pelo Governo Federal.

Autor: deputado Charles Evangelista PSL/MG

Relator: deputado Jefferson Campos - PL/SP

[Parecer:](#) pela rejeição.

Resultado: Retirado de pauta, de ofício, em razão da ausência do relator.

PL 1799/2021 - Altera a Lei nº 14.129, de 29 de março de 2021, para incentivar a afixação, em vias e locais públicos, de QR Codes para acesso à prestação digital dos serviços públicos.

Explicação: institui que acesso à prestação digital dos serviços públicos será realizado, preferencialmente, por meio do autosserviço, de modo que nos locais de atendimento presencial, deverá estar afixado em local acessível e visível, o QR Code com o endereço eletrônico do órgão onde poderão ser acessados serviços e informações. Além disso, também

serão afixados QR Code nas vias públicas e em locais de grande circulação de pessoas, escolhidos por meio da participação popular.

Autor: deputado Tito AVANTE/BA

Relator: Aliel Machado - PV/PR

[Parecer:](#) pela aprovação.

[Resultado:](#) Retirado de pauta, de ofício, em razão da ausência do relator.

PL 2134/2021 - Dispõe sobre transparência, eficiência e neutralidade concorrencial relativas à disponibilização e contratação de espaço virtual para exposição de anúncios na internet e dá outras providências.

Explicação: prevê mecanismos jurídicos modernos de transparência com o objetivo de adaptar atividades de modelos de negócios digitais a parâmetros legais do regime jurídico nacional assegurando princípios basilares como defesa do consumidor, livre concorrência, livre iniciativa, neutralidade concorrencial do Estado, liberdade de comunicação e autodeterminação informacional.

Autor: deputado Alceu Moreira MDB/RS

Relator: deputado Paulo Ganime - NOVO/RJ

[Parecer:](#) pela rejeição.

[Resultado:](#) Concedido vista ao Deputado Roberto Alves

CDC - COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

PL 21/2019 - Dispõe sobre a garantia ao consumidor da disponibilização de mecanismos de segurança alternativos aos sistemas biométricos para controle de transações.

Explicação: estabelece que as instituições financeiras deverão disponibilizar as mesmas funcionalidades, operações e serviços disponíveis aos optantes dos sistemas biométricos àqueles que preferam a utilização de outras ferramentas de segurança.

Autor: deputado Weliton Prado

Relator: deputado Vinicius Carvalho - REPUBLICANOS/SP

[Parecer:](#) pela aprovação do PL 21/2019, com substitutivo, e pela rejeição do PL 4132/2020, apensado.

[Resultado:](#) Retirado de pauta, a requerimento do Dep. Gilson Marques.

CME - COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

PL 1430/2022 - Altera o Decreto-Lei nº 719, de 31 de julho de 1969, para incluir a implantação de sistemas de microgeração e minigeração distribuída de energia elétrica entre as aplicações de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) destinados ao financiamento de projetos de implantação e recuperação de infraestrutura de pesquisa nas instituições públicas de ensino superior e de pesquisa.

Explicação: propõe que a norma legal que trata do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) seja alterada para prever a destinação de recursos para implantação de sistemas de microgeração e minigeração distribuída de energia elétrica.

Autor: deputado Carlos Henrique Gaguim UNIÃO/TO

Relator: deputado Cleber Verde - REPUBLICANOS/MA

[Parecer:](#) pela aprovação.

[Resultado:](#) Aprovado o parecer. A matéria segue para a Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI).

CTASP - COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO – *Pauta divulgada após o envio da Agenda.*

PL 4229/2020 - Dispõe sobre a obrigatoriedade de disponibilização de acesso gratuito à internet em estabelecimentos do Poder Público de todos os poderes da União, Estados, Distrito Federal e Municípios. *Item incluído após o envio da Agenda.*

Explicação: a União, Estados, Distrito Federal e Municípios devem, na prestação de serviços públicos de todas as esferas de poder, disponibilizar acesso gratuito à internet para usuários nos estabelecimentos destinados e abertos ao público em geral.

Autor: deputado Aroldo Martins REPUBLIC/PR

Relator: deputado André Figueiredo - PDT/CE

[Parecer:](#) pela aprovação deste e das Emendas adotadas pela Comissão de Ciência e Tecnológica, Comunicação e Informática.

[Resultado:](#) Retirado de pauta, de ofício.

CVT - COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES

REQ 50/2022 CVT - Requer convidar o Ilmo. Diretor Geral da Agência Nacional de Transportes (ANTT) para esclarecer em Audiência no âmbito da Comissão de Viação e Transportes (CVT) sobre as ações de regulação e fiscalização do transporte de passageiros por demanda proveniente de plataformas de tecnologia, o chamado "fretamento colaborativo".
Autor: deputado Coronel Tadeu PL/SP

Resultado: Não deliberado.

PL646119 - COMISSÃO ESPECIAL SOBRE O ESTATUTO DO APRENDIZ (PL 6461/19)

PL 6461/2019 - Institui o Estatuto do Aprendiz e dá outras providências.

Autor: deputado André de Paula PSD/PE

Relator: deputado Marco Bertaiolli - PSD/SP

Parecer: pela constitucionalidade, pela juridicidade e pela boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 6.461/2019, das Emendas ao PL nº 6.461/2019, dos Projetos de Lei nº 3.464/2021, nº 2.167/2021 e nº 3.848/2021 e das Emendas ao Substitutivo; pela inadequação orçamentária e financeira da Emenda ao PL nº 6.461/2019 nº 89 (art. 61) e das Emendas ao Substitutivo nºs 30 e 56 (art. 61); pela não implicação orçamentária e financeira: do Projeto de Lei nº 6.461/2019, na forma do Substitutivo; das Emendas ao PL nº 6.461/2019 nºs 1 a 88 e nºs 90 a 104; dos Projetos de Lei nº 2.167/2021, nº 3.464/2021 e nº 3.848/2021; e das Emendas ao Substitutivo nºs 3 a 25, 27 a 29, 31 a 55, 110, 111 e 113, e no mérito: pela aprovação dos Projetos de Lei nº 3.464/2021 e nº 6.461/2019, das Emendas ao PL nº 6.461/2019 nºs 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 23, 25, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 53, 55, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 98, 99, 100, 102, 103 e 104, e das Emendas ao Substitutivo nºs 6, 7, 16, 18, 19, 21, 22, 23, 28, 35, 36, 39, 41, 42, 43, 45, 46, 49, 50, 51, 53, 59, 61, 62, 66, 70, 79, 84, 88, 89, 91, 93, 95, 97, 98, 99, 100, 102, 103, 104, 105, 106, 110 e 111 na forma do Substitutivo anexo e pela rejeição dos Projetos de Lei nº 2.167/2021 e nº 3.848/2021 e das demais Emendas ao PL nº 6.461/2019

Resultado: Reunião cancelada.

CIDOSO - COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA

PL 1395/2022 - Institui o Programa de Inclusão Digital para Idosos e dá outras providências.

Explicação: institui o Programa de Inclusão Digital para Idosos, que oferecerá nas entidades públicas de acolhimento de idosos em caráter obrigatório e gratuito, acesso a cursos de inclusão digital. Além disso, autoriza a celebração de parcerias com universidades, organizações religiosas, organizações não governamentais (ONGs) e outras entidades.

Autor: deputado Alexandre Frota PSDB/SP

Relator: deputado Merlong Solano - PT/PI

Parecer: pela aprovação deste, e do PL 1398/2022, apensado, com substitutivo.

Resultado: Aprovado o parecer. A matéria segue para a Comissão de Finanças e Tributação (CFT).

Quinta-feira (16/12)

PEC00720 - COMISSÃO ESPECIAL SOBRE O SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL (PEC 007/20) – Pauta divulgada após o envio da Agenda.

PEC 7/2020 - Altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências. Item nº 1

Autor: deputado Luiz Philippe de Orleans e Bragança PSL/SP

Relator: deputada Bia Kicis/DF

Parecer: pela aprovação da PEC nº 7, de 2020, nos termos do substitutivo.

Resultado: Lido o Parecer pela Relatora, Dep. Bia Kicis. Concedida vista ao Deputado Enio Verri.

SENADO FEDERAL**PLENÁRIO**

PL 2076/2022 - Institui o "Dia Nacional da Proteção de Dados".

Autor: Senador Eduardo Gomes

Explicação: fica instituído o "Dia Nacional da Proteção de Dados", a ser celebrado, anualmente, no dia 14 de agosto.

Relator: Senador Izalci Lucas (PSDB/DF)

Parecer: pela aprovação, com emenda

Resultado: Aprovado na forma do parecer. A matéria vai à Câmara dos Deputados.

PLP 127/2021 - Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que "Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte". Item incluído após o envio da agenda.

Autor: Senador Jorginho Mello - PL/SC

Explicação: pretende possibilitar aos Estados e ao Distrito Federal deixar de adotar obrigatoriamente o sublimite de R\$ 3.600.000 no âmbito do Simples.

Relator: Senador Irajá - PSD/TO

[Parecer](#): favorável ao projeto e a Emenda nº 1, nos termos da Emenda Substitutiva apresentada.

[Resultado](#): Retirado de pauta.

PL 581/2019 - Altera a Lei nº 10.101, de 19 de dezembro de 2000, para dar à participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados das empresas o mesmo tratamento fiscal dado à distribuição de lucros ou dividendos aos sócios ou acionistas. Item incluído após o envio da agenda.

Explicação: Dá tratamento equitativo entre as parcelas do lucro apropriado pelo capitalista e pelo trabalhador, aplicando à participação dos lucros dos trabalhadores a mesma distribuição de lucros e dividendos dada aos sócios e acionistas.

Autor: Senador Alvaro Dias - PODEMOS/PR

Relator: Senador Irajá - PSD/TO

[Parecer](#): contrário à Emenda nº 3-PLEN

[Resultado](#): Aprovado na forma do parecer. A matéria segue para a Câmara dos Deputados.

Terça-feira (13/12)

CAE - COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

PLP 127/2021 - Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que "Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte".

Autor: Senador Jorginho Mello - PL/SC

Explicação: pretende possibilitar aos Estados e ao Distrito Federal deixar de adotar obrigatoriamente o sublimite de R\$ 3.600.000 no âmbito do Simples.

Relator: Senador Irajá - PSD/TO

[Parecer](#): favorável ao projeto e a Emenda nº 1, nos termos da Emenda Substitutiva apresentada.

[Resultado](#): Aprovado na forma do relatório final, que contemplou o substitutivo do relator com alterações. A matéria vai ao Plenário.

PL 581/2019 - Altera a Lei nº 10.101, de 19 de dezembro de 2000, para dar à participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados das empresas o mesmo tratamento fiscal dado à distribuição de lucros ou dividendos aos sócios ou acionistas.

Explicação: Dá tratamento equitativo entre as parcelas do lucro apropriado pelo capitalista e pelo trabalhador, aplicando à participação dos lucros dos trabalhadores a mesma distribuição de lucros e dividendos dada aos sócios e acionistas.

Autor: Senador Alvaro Dias - PODEMOS/PR

Relator: Senador Irajá - PSD/TO

[Parecer](#): contrário à Emenda nº 3-PLEN

[Resultado](#): Aprovado na forma do parecer. O projeto foi ao Plenário do Senado, onde também foi aprovada. A matéria segue para a Câmara dos Deputados.

Quarta-feira (14/12)

CMA - COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE— Pauta divulgada após o envio da Agenda.

PL 4603/2021 - Altera a Lei nº 12.305, de 2 agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, para incentivar a recuperação energética dos resíduos sólidos como forma de destinação e disposição ambientalmente adequada de resíduos sólidos e de rejeitos.

Explicações: estabelece como objetivos da Política Nacional de Resíduos Sólidos, entre outros, i) o estímulo ao desenvolvimento da recuperação energética como forma de destinação e disposição final ambientalmente adequada; ii) as metas para expansão da recuperação energética em âmbito nacional como estratégia de destinação e disposição final de resíduos sólidos e rejeitos; iii) a análise de viabilidade econômico-financeira e ambiental que compare formas de destinação e disposição ambientalmente adequadas, considerando como alternativa a recuperação energética de resíduos sólidos e de rejeitos; iv) o prazo para a autorização deverá ocorrer em até 45 dias.

Autor: Senadora Rose de Freitas - MDB/ES

Relator: Senador Confúcio Moura - MDB/RO

[Parecer](#): pela aprovação nos termos do substitutivo

[Resultado](#): Não incluído em pauta.

Quinta-feira (15/12)

CE - COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

PL 4513/2020 - Institui a Política Nacional de Educação Digital; altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), 9.448, de 14 de março de 1997, 10.260, de 12 de julho de 2001, e 10.753, de 30 de outubro de 2003; e dá outras providências.

Autor: deputada Angela Amim (PP/SC)

Relator: Senador Esperidião Amim (PP/SC)

Parecer: pela aprovação, na forma do substitutivo.

Resultado: Reunião cancelada.